



ESTÉTICA E POLÍTICA: A RELAÇÃO DA MULHER NEGRA E UM CONCURSO DE MISS MULATA NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

BEATRIZ FLOÔR QUADRADO*

As identidades são representações construídas historicamente e reconhecidas por sistemas culturais compartilhados, não sendo unificadas, é um processo variável e de poder. Deve-se ressaltar que não são naturais a um determinado grupo ou indivíduo, ou seja, são definidas politicamente, e não biologicamente. Assim como as identidades nacionais, podendo ser referenciadas como as “Comunidades Imaginadas” de Benedict Anderson (2008), são construções simbólicas, na tentativa de criação de uma ligação de origem em comum, meios de visualização de si e para os outros, uma forma de legitimação e identificação do Estado-nação.

É através de uma relação política que se constitui assim a identidade: como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo. (ORTIZ, 2012, p.139)

As identidades nacionais instauram uma “lógica do espetáculo”, com objetivo de criar uma memória, dar visibilidade e engrandecer uma situação (SCHWARCZ, 1998). Segundo Ortiz (2012) a memória nacional está na ordem da ideologia, produto de uma história social, diferentemente da memória coletiva da ordem da vivência. Para o autor, as representações só adquirem significado quando postas no cotidiano. Por isso, pode se pensar que são postas diversas apropriações coletivas em favor do nacional. Lembrando que, “a memória nacional opera uma transformação simbólica da realidade social, por isso não pode coincidir com a memória particular dos grupos populares.” (ORTIZ, 2012, p.138). Ou seja, apesar destas diferenças em relação às memórias nacionais e coletivas, há um impacto das construções de memória nacional nas identidades e realidades dos grupos envolvidos.

O nacionalismo se deu de forma diversificada na Europa e também nas Américas. No caso brasileiro se teve, inicialmente, a construção de um Estado, oficialmente com a independência em 1822. E, posteriormente, se teve a constituição de uma nação, segundo

* Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Graduada em Licenciatura Plena em História (UFPEL), Especialista em Direitos Humanos e Cidadania (UNIPAMPA), e Mestranda em História (UFPEL); Bolsista CAPES.

Fiorin (2009) a nacionalidade é uma identidade, e esta construção se deu de maneira intensa nos anos de 1930 no governo de Getúlio Vargas.

A construção de identidades, na consolidação do Estado, foi uma busca de legitimação para um modelo monárquico em um continente repleto de repúblicas, para evitar desavenças com as nações, inclusive desviar as atenções da manutenção do escravismo, já tão ultrapassado; e ao mesmo tempo manter um caráter civilizador e progressista ligado a Europa. Foram então, durante o Império de D. Pedro II, utilizados símbolos que remetessem á natureza e origens do Brasil, resultando na chamada “‘monarquia tropical’, entendida como uma exceção no contexto local e exótica diante dos exemplos europeus.” (SCHWARCZ, 1998, p.17)

O Império caracterizava a identidade brasileira como mestiça, uma mistura que se viu no próprio imperador que na própria indumentária “ a murça de penas de galo- da –serra e depois papo de tucano- quase um cocar de realeza [...] tudo colaborava para a construção de uma identidade feita de muitos empréstimos e várias incorporações.” (SCHWARCZ, 1998, .141). Muitos rituais da realeza se misturavam com rituais africanos, com religiões, carnaval entre outros. “d.Pedro II compactuou com uma cultura que, ao mesmo tempo que se europeizou com sua presença, tornou-se mestiça, negra e indígena no convívio, por certo desigual, de tantas culturas.” (SCHWARCZ, 1998, p.12)

Havia uma intensa circulação cultural e de identidade entre Brasil e África, devida, inclusive, pela alta presença numérica de africanos e descendentes no país, uma similitude de símbolos, “ligações que excederam o aspecto exclusivamente econômico.” (SCHWARCZ, 1998, P.14) Mas fatores econômicos e ideológicos fizeram com que a rejeição sobre a população negra, ainda mais escrava, perdurasse.

Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, para o fim da escravidão. Esta abolição não se deu por generosidade da princesa, mas sim no interesse próprio de manter sua popularidade diante do Império, tendo em vista que a campanha abolicionista, as rebeliões de escravos e os ideais republicanos estavam se intensificando. A princesa pretendia seguir no poder após decretar o fim da escravidão, que se fazia pulsante nos interesses da sociedade brasileira. As lutas de escravos pela liberdade, que resistiram por todo Brasil, por

meio dos quilombos, fugas e negociações, foram fatos determinantes para o fim da escravidão.

O objetivo passa a ser de esquecer o passado escravista, com a proclamação da República os documentos da escravidão foram queimados no Rio de Janeiro. É relevante destacar que por um longo período a população negra teve a monarquia como representante da libertação (SCHWARCZ, 1998).

No século XX a identidade se deu sobre a mestiçagem. Esta foi a solução para a variedade racial presente no Brasil e sobre o que fazer com os ex-escravos integrantes, neste momento, à categoria de cidadãos. Segundo Munanga (2008), esta era a problemática para se estabelecer um nacionalismo, em um projeto de modernidade, que teve total influência européia para pensar as relações raciais. Em uma espécie de salvamento para o “problema brasileiro” teve-se as teorias da mestiçagem e branqueamento. Segundo Munanga: “[...] o processo de formação da identidade nacional no Brasil recorreu aos métodos eugenistas, visando o embranquecimento da sociedade.” (2008, p.15). Tinha-se a concepção da negatividade da presença negra para a constituição da identidade nacional, para isso tem-se a uma nova categoria étnica para o país: o mestiço.

No senso comum mestiço significa a mistura, mais especificamente entre brancos, índios e negros, mas há uma maior complexibilidade, envolve questões históricas, políticas e ideológicas, menosprezando as diferenças nestes âmbitos. Lembrando que a categoria de mestiço não se restringiu apenas ao Brasil, se estendeu por outras nações, como os Estados Unidos. É relevante, também ressaltar sobre as categorias humanas denominadas por cor, ou seja, branco, negro, amarelo, ou mestiço, em que:

[...] trata-se de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo o conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico. (MUNANGA, 2008, p.18)

A identidade nacional, no caso específico do Brasil iniciada por volta de 1930, constituía a base para marcar uma diferença perante também a sua própria história, marcando o fim de uma política coronelista chamada “café com leite”, devido as constantes lideranças

governamentais alternadas por São Paulo e Minas Gerais. Além de ressaltar o novo momento de democracia na liderança de Getúlio Vargas. Um governo marcado pelo nacionalismo e a construção de uma identidade nacional e cultural, com base principalmente, da posteriormente, chamada “Democracia Racial”, por meio de um ideal de mestiçagem.

Teve-se a glorificação da mestiçagem para a construção do que era ser brasileiro, uma busca de identidade justificado pelas obras de Gilberto Freyre, como em “Casa Grande e Senzala”.

Tal como seus antecessores, Freyre respondia também ao desafio regional brasileiro. É que, no começo dos anos de 1920, a revolução estética modernista inventara o primitivo brasileiro, o popular, sob a influência das emoções trazidas pelos novíssimos espetáculos de massa europeus e de seu gosto pelo exótico. (GUIMARÃES, p.67, 2012)

Este autor caracterizava a escravidão existente no Brasil como algo mais amigável e brando, além de “menosprezar as diferenças diante de um cruzamento racial. “[...] o mestiço transformou-se em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé e no futebol.” (SCHWARCZ, 1998,p.178). Freyre acreditava em na constituição do brasileiro por uma metarraça, e esta de cor morena.

Gilberto Freyre reconstrói as relações raciais em uma base de cultura. Freyre acaba, por influência de Franz Boas, a criar a concepção de uma nova e única raça, através da mestiçagem. Boas “considera o fenômeno das diferenças mentais entre grupos humanos mais do ponto de vista da história cultural e do ambiente de cada um do que da hereditariedade ou do meio geográfico.” (FREYRE, p.381, 2006)

O autor reforça um parecer natural da escravidão, uma aptidão para a vida tropical por parte do africano, e a predisposição do português para a colonização escravocrata dos trópicos (FREYRE, 2006), uma espécie de determinismo. Afirma que a inferioridade atribuída ao negro se deu por sua condição de escravo, e não em relação a raça. E também acreditava na necessidade desta dicotomia de casa grande e senzala, para a formação da sociedade brasileira, que deu origem a miscigenação.

Gilberto Freyre coloca as relações entre senhores e escravas de maneira passiva, mas o que sabemos é que o número de abusos e violências sexuais era recorrente a sociedade

escravocrata: “A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre casa-grande e senzala.” (FREYRE, p.33, 2006) E a partir de ideias como esta se reforça no país a sexualização da mulher mestiça ou mulata, uma espécie de herança da mulher negra escravizada: “passa por ser defeito da raça africana, comunicado ao brasileiro, o erotismo, a luxúria, a depravação sexual [...] a ideia vulgar de que a raça negra é chegada, mais do que as outras, a excessos sexuais.” (FREYRE, p.398, p.2006)

Enquanto isso, as relações raciais no Rio Grande do Sul devem ser analisadas de maneira especial. No qual, por muitos anos, foi negada a escravidão, ou seja, foi construído um pensamento de que neste Estado a escravidão era menos violenta. E também se fez acreditar em um número reduzido da população negra como integrante da sociedade. Um espaço que, até mesmo pela forte imigração, predominou e dominou a identificação com lusos e platinos. Enquanto, por volta de 1930, o país construía uma identidade nacional ligada à mestiçagem, no Rio Grande do Sul, se minimizava a presença negra.

E é desta forma que o negro é incorporado pela sociedade brasileira na constituição de uma identidade, através de uma ambiguidade, que apresenta ao mesmo tempo a negação do ser negro e sua assimilação, em diversos âmbitos. Reconhece-se o samba, a capoeira, as religiões, tudo que antes era dito como negativo e proibido.

[...] tanto o candomblé como o samba constituíam os produtos culturais mais originais no Brasil e eram, portanto, capazes de distinguir simbolicamente o Brasil de outras nações latino-americanas e do mundo desenvolvido. Outra interpretação possível, e a que realmente prefiro, é que adoção de tais símbolos era politicamente conveniente, um instrumento para assegurar a dominação mascarando-a sob outro nome. (FRY, 1977, p.52)

Esta incorporação das raízes e identidades culturais negras na identidade nacional é uma forma de poder exercido para controle em uma falsa integração. Um domínio sobre a religião, cultura, e corpo negro que gera conflitos para a população afro descendente sobre si mesma, em um complexo de inferioridade que por muitos anos se justificou pelas teorias racialistas, e que se faz presente neste período inicial do século XX, pelo branqueamento. A estratégia de dominação era a da inclusão, e não mais da exclusão como nos Estados Unidos, buscando integrar ao nacional no que tange a cultura de identidade pela miscigenação, negando qualquer identificação unicamente negra.

[...] a elite “pensante” do País tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças a ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado, e, por outro, garantir o comando do País ao segmento branco[...] (MUNANGA, 2008, p.75)

O mulato é concebido, de maneira ilusória, em certa superioridade sobre os negros, mas inferiores aos brancos, pois foi construído para se contraporem ao primeiro grupo, mas na verdade sua posição é indefinida. Cria-se uma ambiguidade, de rejeição e aceitação, um conflito, do que é ser negro. Propõe-se uma falsa inclusão nas relações sociais, e neste processo a rejeição do próprio corpo é devido à busca de uma inclusão: “[...] experiência do mestiço, de carregar no corpo e na aparência a confluência e o confronto de duas raças que se construíram historicamente de maneira antagônica.” (GOMES, 2008, p. 160).

A Terminologia “mulata” tem origem extremamente pejorativa, vem da denominação de mula, uma cruzada entre éguas e jumentos. No caso seria uma forma de “higienização” da sociedade, através do “sangue branco”, mas preservando a sensualidade e malícia da negra. Ou seja, a mulata como objeto de desejo. “[...] foi construída uma mulata puro corpo, ou sexo, não ‘engendrado’ socialmente.” (CORRÊA, 1996, p.40). Mostra-se relevante a ligação direta com o corpo, marcado por estigmas que classificam negativamente esta mulher dita mestiça. Formando uma identidade indesejada. Esta nacionalidade “encarnada na figura do mulato; desqualifica qualquer reivindicação de autenticidade cultural afrodescendente.” (PINHO, 2004, p. 85-119). Como colocado por Mariza Corrêa (1996) é uma rejeição à negra preta.

Percebe-se que a definição de uma identidade nacional, no caso específico do Brasil, teve como conseqüências um conflito do ser negro no país, além da insistente luta da elite branca de um branqueamento social. O que pode notar também é a busca do negro de se aproximar do mulato, ou seja, um processo de branqueamento, para um status de aceitabilidade na sociedade.

É de extrema relevância destacar que “[...] para o negro, o estético é indissociável do político.” (GOMES, 2008, p.130). Os grupos negros vão se organizar de diversas maneiras contra a dominação colonial, e a segregação na sociedade, surgem durante o século XX movimentos negros de diversos vieses.

“A política de identidades concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política.”
(WOODWARD, 2011, p.34)

Desde a abolição, até mesmo antes, coletivos negros se organizaram contra a discriminação e exclusão na sociedade, muitas vezes com base na instrução para inclusão, conscientização e associações. Alguns grupos vão de destacar no movimento negro no país, como o Teatro experimental do Negro, TEN (Rio de Janeiro, 1940); o Ilê Aiyê (Bahia, 1970); Movimento Negro Unificado; além dos movimentos clubistas, jornais, e a te mesmo concursos de beleza, entre outras formas de luta. Sobre concursos de beleza, tem-se destaque para o jornal “Menelick”, jornal negro que circulava mensalmente por São Paulo, que em 1916 anuncia um concurso de beleza negra. E o TEN, por volta dos anos d 1944, também organizou concursos de beleza; e em 1950 articula a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras.

Inicialmente a população negra se identificava por cor, depois, e antes da abolição ainda, “negro” passa a designar uma posição social, e “preto” apenas cor. Por volta de 1920 se reconhecem como coletivo de classe. As palavras “raça” e “negro” são positivadas mais recentemente.

Nos anos 30 do século XX, tem-se a Frente Negra Brasileira (FNB), uma entidade antirracista, com o objetivo de incluir a população negra como cidadã. Era constituída pela classe média nos cargos de comando e organização. Em 1936, a FNB tranforma-se em partido político, segundo Domingues (2007) de caráter nacionalista e um viés autoritário. Principalmente no que tange ao comportamento e a moral, tendo criado um “Código de Civildade”. Isto se tornava ainda mais rígido no que tange à mulher. As chamadas “frentenegrinas” lutaram no Direito de ser mãe, na questão de trabalhadoras domésticas, mas mesmo assim sua participação na entidade era restrita, voltada as “coisas do lar”. Apesar de não perceber as necessidades mais específicas referentes à gênero, a FNB foi fundamental para unir as organizações e movimentos negros que acabaram se formando.

Um período em que o símbolo da mulher negra no Brasil foi a “Mãe Preta”, que num ato de conciliação e redenção amamentou o filho do senhor, mas sem abandonar os seus, um símbolo da formação da família brasileira (PEREIRA; SILVA; 2009).

Nos anos do Estado Novo destaca-se a União dos Homens de Cor (UHC), de Porto Alegre. O principal objetivo era com nível econômico e intelectual dos negros no país, e destaque para departamentos femininos no próprio movimento.

No ano de 1950 através de um projeto da Unesco busca-se entender o preconceito de cor no Brasil, tendo destaque os estudos de Florestan Fernandes em que percebe uma certa permanência valores nas relações sociais referentes ao sistema escravocrata, reconhecendo o preconceito racial. Em meados de 1960 passa-se a denunciar como mito a existência de uma “democracia racial”, apesar de ainda nos anos 80 do século XX, fazer parte de movimentos de luta negra, ou seja, a verdadeira democracia racial, como foi no Movimento Negro Unificado. (GUIMARÃES, 2012). Já nos anos 70, o Movimento Negro Unificado foi contra a discriminação racial e o sistema político vigente, a Ditadura Militar, buscando a redemocratização.

Sem esquecer os movimentos femininos, em geral, não levavam em conta as diferenças étnicas, históricas e sociais. Já o movimento negro, “busca o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo. [...] buscando com isso a visibilidade e a participação política [...]” (RIBEIRO, 2008, p.990). Neste caso, muitas vezes a diferença de gênero não tem a muita relevância, ou é colocada em segundo plano, de maneira secundária, ou, ainda, como extensão dos afazeres domésticos, uma auxiliar da direção masculina (GIACOMINI, 2006). Por isso, o movimento negro veio a se destacar com as mulheres, como nos anos 80 do século passado, na questão da saúde, “[...] acusações de que as mulheres negras estariam sendo vítimas de esterilização cirúrgica em massa durante a década de 1980 com o objetivo de controlar a natalidade desse grupo populacional.” (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, 2012, p.133), foi o estopim para a militância feminista negra. E o MNU em 1982 tratou da temática da mulher negra de maneira específica, denunciando o machismo sobre as mesmas, desde baixos salários, até violência e erotização sobre seu corpo. E o número de grupos negros femininos foi aumentando pelo Brasil, como Nzinga/ Coletivo de Mulheres Negras (RJ); Coletivo de Mulheres Negras (SP), entre outros.

Entre 1970 e 1980, com Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento, teve um momento de autonomia da mulher negra dentro do movimento negro. Em 1982, é criado o Grupo de mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN). O objetivo deste feminismo era manter um grupo unificado perante o persistente, “mito da democracia racial”, da herança escravagista e da

mulher como objeto sexual. Neste período o símbolo da mulher negra se fez sobre Dandara (suposta companheira de Zumbi) e Luiza Mahin (suposta integrante da Revolta dos Malês na Bahia de 1835), significando a luta e resistência da mulher negra brasileira (PEREIRA; SILVA, 2009). Atualmente o movimento negro e feminino, tem como pauta a visibilidade; o reconhecimento da necessidade de políticas públicas; contra a violência simbólica da branquura, inclusive sobre o padrão estético, entre outros aspectos (PEREIRA; SILVA, 2009).

Nos anos 60 e 70 do século XX, ano também de origem do “Miss Mulata” de Arroio Grande, os Estados Unidos vai influenciar movimentos da população negra em busca da valorização e visualização de seus símbolos de identidade. Como o movimento “Black is Beautiful” em que o objetivo era a autoestima da mulher e do homem negro no que tange ao seu corpo e cabelo.

O destaque também se fará pelo grupo dos “Panteras Negras”, destacando as relações étnico raciais junto a influencia de Martin Luther King, tendo como símbolo o uso do cabelo “afro”, ou seja, do cabelo crespo natural. Assim como os Dreadlocks fazendo uma ligação com a África, contra a europeização nos EUA. Novas identidades sendo construídas.

É também este o período da tese de criouliização em que estas formas culturais especificamente de seguimentos afros, são na verdade uma recriação, um sincretismo no Novo Mundo, com idealizadores como Mintz e Price, na defesa de uma cultura afro-americana e um protagonismo negro. Mudando a construção das identidades para um âmbito maior de diferenciação de grupos étnicos, culturais ou sociais. “Identidade nacional e cultura popular se associam ainda aos movimentos políticos e intelectuais nos anos 1950 e 1960 e que se propõem redefinir a problemática brasileira em termos de oposição ao colonialismo.” (ORTIZ, 2012, p. 128)

Na cidade de Arroio Grande, como em muitos lugares no Estado do Rio Grande do Sul, no início do século XX teve-se a construção de um Clube Negro, chamado Clube Guarani (1920-2006)¹, devido a proibição da entrada de negros em outras associações como clubes sociais e CTG’s. Dito isto, passo pelas considerações de Giacomini (2006), em um contexto de clube

¹ Ver: QUADRADO, Beatriz Floôr. **Cultura também é festa- Patrimônio e Memória: Do Clube Guarani ao Ponto de Cultura Axé Raízes (Arroio Grande, RS)**. Pelotas. Monografia (Graduação em História)-Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

negro no Rio de Janeiro, sobre a possibilidade de pensar nestes concursos femininos étnicos, em específico do grupo negro, para fora destes espaços criados para si, uma visualização do grupo através de suas mulheres, mas para uma visão fora do grupo.

“Perversos” para a metade dos entrevistados, “feios” para esmagadora maioria: não surpreende, pois, que este grupo se ocupe diligentemente, por um lado, de estar sempre conforme as convenções e, por outro lado, que direcione tempo e atenção a um exercício de conhecimento da atratividade dos valores estéticos de suas mulheres, como efetivamente parecem ter funcionado os concursos [...] É [...] objetivar o fortalecimento da autoconfiança e auto-estima do grupo [...] (GIACOMINI, 2006, p.121)

Também se pode pensar em uma apropriação, por parte do grupo, desta representação da mulata, para uma aceitabilidade na sociedade majoritariamente branca, mesmo que para isso siga-se uma idéia de branqueamento, segundo Giacomini (2006) uma espécie de “integração subordinada”, mas neste concurso em específico não se percebe nítido uma rigidez sobre este branqueamento na estética, mas sim no uso da terminologia. Outro fato relevante é de que o concurso segue uma ótica de pertencimento ao grupo negro pela descendência, como nos Estados Unidos; e não como característico no Brasil, ou seja, pelo fenótipo, na aparência e na cor.

A idéia surge do conhecimento de um concurso que ocorria em Santa Catarina, o Miss Mulata Blumenau.

Tu sabes que em sessenta e nove eu disse assim ‘ eu vou fazer um Miss Mulata Rio Grande do Sul aqui em Arroio Grande... zona sul’ ai eu comecei a me preparar, tu sabes eu fiz oficio fiz uma comissão aqui direitinho, mas nunca pensei que o negocio fosse anda, tu entendeu?²

O concurso teve inicio em âmbito de Zona Sul, e a partir dos anos de 1980, passa a ser Estadual, Miss Mulata Rio Grande do Sul.

É importante destacar que “o sujeito fala, sempre, a partir de uma posição histórica e cultural específica” (WOODWARD, 2012, p.28), uma forma de reafirmar identidades. É a relação que se pode fazer do concurso com a realidade de um mulato de mãe negra, e que esta sofreu preconceito racial pela família do marido branco. Ele reforça uma postura positivada

² Entrevista realizada com Antônio Carlos da Conceição, em 5 de agosto de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: Beariz Floôr Quadrado e Marília Kosby através da oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica, UFPel.

de sua mãe, uma forma de silenciar estereótipos pejorativos sobre mulher negra, como: “uma coisa que vou dizer pra vocês é que a minha mãe era uma negra muito bem vestida.”³

O objetivo do concurso, segundo ele, era de valorizar a beleza da mulher negra, “Valorizar e mostrar que negro é gente né!”⁴ “A liberdade requer visibilidade” (FANON, 2012, p. 16) e para isso, requer o “outro”, inclusive o auto- reconhecimento. Também se pode pensar em uma apropriação, por parte do grupo, desta representação da mulata, para uma aceitabilidade na sociedade majoritariamente branca.

Ao perguntar sobre a utilização do termo “Mulata”, o Dé responde:

a miss mulata... porque, vou te contar uma coisa existia a mais bela negra em Santa Cruz bom ai então a miss mulata era, miss mulata o que era uma mistura de negro com branco que hoje em dia tu vê que nós estamos em um país que ... branco puro não tem, negro puro não tem. Não tem porque negro é na África tu vê negro na África. Agora aqui não tem, é misturado né?! Então nós fazíamos a Miss Mulata porque era a cruza do negro com o branco. Então pra não acontece o mesmo título que acontecia em Santa Cruz porque vinha gurias de Porto Alegre e coisa, porque um concurso não pode ter o mesmo nome né?! Então ai nós fazia, a gente fazia era o Miss Mulata.⁵

Pode-se pensar como uma utilização estratégica, entendendo estratégia no sentido de transformação e utilização do mundo social e natural (LEVI, 2000). Uma terminologia ressignificada em outro contexto, pois: “o significado não pode ser fixado definitivamente. Sempre há o ‘deslize’ inevitável do significado na semiose aberta de uma cultura, enquanto aquilo que parece fixo continua a ser dialogicamente reapropriado.” (HALL, 2013, p.36).

Ressalta-se, também, a idéia posta por Weimer (2013) que a categoria “negro”, não só no passado, remete à uma ligação com a escravidão, ou ao pós abolição. Por isso, por vezes a rejeição à esta terminologia. E também se dá pela reapropriação uma certa ascensão social.

O concurso tinha três etapas de avaliação, em que não consistia apenas a beleza. Primeiramente era realizado um coquetel para apresentar as candidatas, no qual a avaliação era comportamental, o modo de sentar, comer e falar. E por fim, no dia do evento, mais dois desfiles, novamente de maiô, e outro com vestido de gala. Com isso, o concurso busca a

³ Op. Cit.

⁴ Op.Cit.

⁵ Entrevista realizada com Antônio Carlos da Conceição, em 5 de agosto de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: Beariz Floôr Quadrado e Marília Kosby através da oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica, UFPel.

valorização de um corpo, fora do carnaval e da erotização, de uma identidade, que foi negado historicamente no país. Apesar de não estar se negando aqui, que também há construções de beleza e estereótipos dentro do grupo, como qualquer concurso de beleza. Mas se deve pensar na necessidade de uma constituição específica, por uma etnia.

E é junto à esta busca de visibilidade que se constrói o concurso, e a importância dos desfiles para a auto-estima. Ao perguntar as concorrentes e vencedoras do Miss Mulata, elas respondem:

Porque eu sempre gostei muito de desfilar [...] eu fui “Garota Swing”, [...], “Senhorita Guarani”, fui “Garota da Banda”, fui “Mais Bela Estudante” [...] eu sempre gostei.⁶

Pra gente era uma maravilha, era o auge. Era um status amais. Para uma menina de 17 anos era show, era tudo.⁷

Era o meu sonho, tem gente que tem o sonho de casar, de ser mãe, o meu era de ser “Miss Mulata”. E eu realizei.⁸

Através das entrevistas realizadas ficou clara a forte representação deste concurso para estas mulheres. Ao perguntar as candidatas entrevistadas o motivo que levaram a participar do concurso, tem-se a questão de visualização e status, segundo elas, era um luxo, carro particular, cabeleireiro, manto, coroa e buquê de flores. Gerava a auto-estima para estas. Colocando a beleza do cabelo crespo, da pele negra, suas representações de identidade negra em destaque. O fim do concurso em 1999 foi devido, segundo Antônio Carlos, ao grande movimento e trabalho que movia a realização do mesmo.

Enfim, tudo que era negado devido ao preconceito racial foi construídos pelos mesmos, de maneira estratégica, uma reapropriação de si por meio da apropriação do que foi criado contra o grupo em questão. E sobre o concurso, o que se percebe é busca de utilizar esta estratégia em favor de mulheres negras e mulatas, utiliza-se a nomenclatura de “mulata”, mas o foco de valorização são sobre símbolos negros, referentes as ambas categorias. O que foi apropriado de forma negativa pelo poder colonial, mas que agora foi reapropriado, tomado de

⁶ Entrevista realizada com “L” em 07 de julho de 2013, na residência da entrevistada, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado.

⁷ Entrevista realizada com “K” em 04 de julho de 2013, no trabalho da entrevistada, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado.

⁸ Entrevista realizada com “JB” em 04 de julho de 2013, em um salão de beleza, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado.

volta. Sobre saudades o Dé responde: “Í foi muita coisa, isso aí é minha vida, como diz assim. São coisas que me enalteceram!”⁹

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos avançados 17(45), 2003.
- CORRÊA, Mariza. **Sobre a invenção da Mulata**. Cadernos Pagu (6-7). 1996. Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/invencao_da_mulata.pdf> Acesso em: 3 Set. 2012.
- DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marco Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.
- FERREIRA, Jonatas; HAMLIM, Cynthia. **Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados**. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(3): 336, setembro-dezembro/2010
- FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira**. Bakhtiniana. São Paulo, v.1, n.1, p. 115-126, I sem. 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.
- FRY, Peter. Feijoada e “Soul Food”: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. _____. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1977.
- GIACOMINI, Sonia Maria. **A Alma da Festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro. O Renascença Clube**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.
- GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulatas profissionais: Raça, Gênero e Ocupação**. Revista Estud.Fem. Florianópolis, n.1, Jan./Abr.2006. Disponível em:

⁹ Entrevista realizada com Antônio Carlos da Conceição, em 24 de julho de 2013, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: Beariz Floôr Quadrado.

<<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1278/1054>> Acesso em: 12 set. 2012.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. 2ªed. Curitiba: Appris, 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002. p.137-168.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito Racial: modos, temas e tempos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, Nilma Nilo. **Sem Perder a Raíz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós- modernidade**. DP& A editoras: Rio de Janeiro: 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (Org.) **Representation: Cultural representation and cultural signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997. Pág. 15-64

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro- Americana: uma perspective antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas; Universidade Candido Mendes, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. 3.ed, Belo Horizonte: Aunêntica Editora, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. IN: Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PINHO, Osmundo de Araújo. **O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação**. Cadernos Pagu (23), Julho- Dezembro de 2004, p.89-119.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, Setembro- dezembro/ 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculo da miscigenação**. Estudos avançados. 8(20), 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. IN: NOVAIS, Fernando A.(Coord) **História da Vida Privada do Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Lélia Gonzales e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo**. Revista da ABPN. V.1, n.1- Mar.- Jun. de 2010.

WEIMER, Rodrigo. **Ser “moreno”, ser “negro”: memórias de experiência de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX**. Est. Hist., Rio de Janeiro, v,26, nº 52, p. 409-428, julho-dezembro de 2013.